

# A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis

The unsustainable nature of sustainability. From the environmentalization of planning to sustainable cities

Ester Limonad

## Resumo

Nas duas últimas décadas, a questão ambiental e da sustentabilidade passou a integrar e converteu-se em um fator emblemático de legitimação dos discursos e práticas do planejamento urbano e regional. Uma das evidências mais palpáveis dessa convergência do planejamento e da sustentabilidade é a proposta de cidades sustentáveis da Organização das Nações Unidas, que surgiu ao início da década de 1990. Sua adoção por mais de trinta países torna urgente uma leitura crítica do desenvolvimento sustentável e da natureza da ambientalização do discurso do planejamento, que contribua para se avançar rumo à construção de uma economia política do espaço e a uma prática de planejamento, que instrumentalize a participação social em uma perspectiva transformadora.

**Palavras-chave:** questão ambiental; política do espaço; sustentabilidade; cidades sustentáveis; planejamento.

## Abstract

*During the last two decades, sustainability and environmental issues have become an integral part and an emblematic legitimating factor of urban and regional planning discourses and practices. The United Nations' sustainable cities programme, created during the 1990s, is one of the most tangible evidences of such convergence between planning and sustainability. As it has been adopted by more than thirty countries, it is necessary and urgent to perform a critical reading of sustainability and of the nature of the environmentalization of the planning discourse, so as to move towards the construction of a political economy of space and of a territorial planning practice that aims at social transformation.*

**Keywords:** *environmental issues; politics of space; sustainability; sustainable cities; planning.*

"O mundo pode ser mais sustentável!" "Insira a sustentabilidade no seu dia a dia com o Santander".<sup>1</sup> Quando lemas desse tipo aparecem em sítios eletrônicos de bancos, de corporações multi e transnacionais, simultaneamente ao pipocar de testes em redes sociais contemporâneas (*Facebook, Twitter, etc.*) e em revistas de negócios, esportes, moda e, inclusive, eróticas, destinados a avaliar se "você é sustentável?", pode-se concluir que a ideia da sustentabilidade invadiu de forma avassaladora o cotidiano e a reprodução das diferentes esferas sociais. Em todos lados, em todas partes, tornou-se lugar comum falar em sustentabilidade. O termo, associado nas duas últimas décadas do século XX à questão ambiental, por seu caráter aparentemente neutro, acrítico e acima de interesses de classe (Rodrigues, 2006, p. 112) rapidamente se converteu em um sucedâneo da ideia de um mundo melhor, um mundo sustentável. Em decorrência, passa a ser adotado, de forma indiscriminada, para adjetivar propostas, práticas e coisas, como uma forma de legitimação e de reforço positivo. O corolário é a multiplicação exponencial de práticas sustentáveis, de atividades de turismo sustentável, de propostas de gestão sustentável de espaços naturais e sociais e, como não poderia deixar de ser, de cidades sustentáveis.

Embora as opiniões divirjam e permaneça obscuro o que seria a sustentabilidade, planejadores, arquitetos, urbanistas, ambientalistas, geógrafos, advogados e outros profissionais passaram a defender as cidades sustentáveis,

metrópoles sustentáveis e a preservação ambiental. Sem dúvida, a sustentabilidade converteu-se em uma obsessão generalizada, das populações indígenas ao Banco Mundial, bem como uma ampla gama de grupos diversos entre os quais se contam desde órgãos de governo a empresas multi e transnacionais: todos se declaram favoráveis em preservar a natureza e a lutar pelo desenvolvimento sustentável. Sem embargo cada qual se proponha a fazê-lo com base em agendas e interesses diferentes e por vezes totalmente contraditórios, sem chegar a explicitar claramente o que entendem por desenvolvimento e muito menos o que entendem por sustentabilidade. Partem, assim, muitas vezes do pressuposto de que isso está claro e subentendido em suas propostas.

Este ensaio tem por norte destacar as contradições entre desenvolvimento, apropriação privada da natureza e os discursos sobre a sustentabilidade, em particular os discursos relativos à sustentabilidade do desenvolvimento e do planejamento. Discursos que soem servir de suporte a questões relativas à gestão dos recursos hídricos, a bioengenharia de sementes, ao crédito de carbono e a apropriação da biodiversidade por parte de alguns países do mundo em detrimento de outros (detentores ou não de biodiversidade e tecnologia). Insere-se, portanto, em uma perspectiva crítica de construção de uma economia política do espaço, que contribua para aclarar e compreender as relações sociais de produção e as necessidades que se impõem para sua reprodução na contemporaneidade.

## Algumas novas velhas questões

Desmatam-se florestas, em seu lugar plantam-se outras árvores, eucaliptos, pinheiros ou monoculturas alienígenas. Explora-se petróleo em alto mar em campos marítimos com nomes sugestivos como jubarte, garoupa, etc. Não se tratam de homenagens à fauna marinha, mas de justificar a exploração de petróleo ou gás natural em áreas de reprodução desses animais, alguns ameaçados de extinção. No âmbito do agronegócio se comercializam a preços elevados produtos orgânicos, isentos de produtos nocivos, embora produtos transgênicos mais baratos vicejem em diversos lugares. Os quais podem colocar em risco através da polinização a reprodução de plantas com sementes, apesar das proibições e interdições adotadas por alguns países.

Essas ações, além de serem comprovadamente desastrosas em termos ambientais para a fauna e flora nativas, afetam as condições necessárias à sobrevivência de populações nativas. Pois, ao transformar-se suas possibilidades e formas de apropriação do espaço social altera-se a espacialidade das relações que esses grupos sociais estabelecem com o meio para se reproduzir e sobreviver. O consumo crescente do espaço, ao mesmo tempo em que propicia a manutenção e sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade, contribui para destruir a base de subsistência e de reprodução de grupos nativos originários.

Evidencia-se, assim, a contradição básica entre a produção de valores de troca e valores de uso, entre a reprodução do

capital e a reprodução de grupos sociais não hegemônicos, entre a dominação e a apropriação social do espaço. Com base nessa contradição irrompem conflitos sociais diversos em disputa pelos meios que garantam sua sobrevivência e reprodução. Esses conflitos perpassam a questão ambiental contemporânea e permitem vê-la como parte integrante da reprodução social e da produção social do espaço, como uma expressão da relação sociedade-natureza e das formas de apropriação social do espaço necessárias à reprodução de uma dada sociedade (Lefebvre, 1991). A questão ambiental, assim, pode ser entendida em estreita relação com os processos sociais constitutivos de cada sociedade e com a produção social do espaço geográfico (Santos, 1985).

Neste contexto, parafraseando Rodrigues (1998), a ideia de sustentabilidade ao ser associada sem critérios e de forma indiscriminada à questão ambiental contribui para “jogar uma cortina de fumaça sobre estas contradições, pois não propõe alterações nos modos de produzir e de pensar do modelo dominante”. Por outra parte, a sustentabilidade aparece como uma pedra de toque de caráter dúbio, à medida que diferentes atores e agentes, desde intelectuais a técnicos de governo e de instituições diversas, se propõem a defendê-la e passam a adotá-la quase que como epítome de uma sensibilidade ambiental. Um exemplo nesse sentido encontra-se na esfera empresarial e corporativa, que se manifesta no esforço de empresas de diversos ramos industriais, do comércio e de serviços de conquistarem selos de certificação ambiental, que abrangem desde os certificados ISO 14000<sup>2</sup> aos selos verdes ou outras rubricas encaradas como política e ambientalmente corretas.

Jamais na História, os Estados nacionais, as corporações multi e transnacionais estiveram tão preocupados em se mostrar ambientalmente sensíveis como na contemporaneidade. Urge entender o caráter dessa preocupação. Há que se explicitar que as certificações e rótulos ambientais além de serem elementos de competitividade no âmbito do *marketing* de marcas e produtos, são uma expressão da guerra de patentes e confrontos sociopolíticos travada em escala internacional entre corporações multinacionais, Estados nacionais e diferentes grupos sociais. Evidenciam, dessa maneira, o confronto clássico entre o saber fazer (*know-how, savoir faire*) e o conhecimento (*knowledge, connaissance*), entre formas arraigadas de apropriação social e formas capitalistas de dominação e transformação do espaço social. Confronto esse passível de ser entendido, com base em Lefebvre (1991), como mais um aspecto da materialização do conflito geral entre os domínios do vivido e do concebido, entre espaços de representação e representações do espaço, que tem por base a contradição básica entre valor de uso e valor de troca. Confronto que Boaventura de Sousa Santos (2006) define, por sua vez, como zonas de contato e de conflito intercultural.

A adoção indiscriminada e sem discernimento no âmbito técnico-institucional, por governos e empresas, da ideia de sustentabilidade como um sinônimo ou sucedâneo isento de contradições e conflitos da questão ambiental, contribui para ideologizar a questão socioespacial (ver a respeito Rodrigues, 1998) e, ao mesmo tempo, faz com que se perca de vista seu caráter complexo e transescalar. Pois, a ambientalização da questão social, entendida aqui como a incorporação da dimensão ambiental

a teoria social crítica (Lopes, 2006, p. 34), ao envolver, a um só tempo, instituições internacionais, Estados nacionais, diferentes esferas de poder e distintos agentes e atores sociais, cada qual com interesses e concepções próprias, permite sua complexificação em diversas escalas. Um exemplo nesse sentido é o conflito que perpassa hoje a proteção da biodiversidade, campo de enfrentamento entre proposições decorrentes do regime de proteção de patentes e as demandas sociais relativas ao "reconhecimento da particularidade do estatuto de bem comum para os saberes tradicionais e autóctones" (Milani, 2008, p. 291).

Nesse sentido, retomando Milton Santos (1985, 1996) e Henri Lefebvre (1991), pode-se dizer que a questão ambiental refere-se à manifestação de um aspecto das diferentes esferas da reprodução social e das relações sociais de produção. Um aspecto que, embora estivesse sempre presente, até a emergência da preocupação ambiental durante a década de 1980, foi pouco explicitado e explorado no âmbito de alguns ramos das ciências humanas.

Trata-se, então, da conformação de uma nova questão social? Essa indagação já preocupou outros autores (Costa, 2000; Steinberger, 2001). De uma perspectiva dialética pode-se dizer que sim, se se entender por novidade a inserção da dimensão ambiental na reflexão sobre a questão social contemporânea. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que não, pelo fato de problemas e questões ambientais eventualmente atravessarem os conflitos sociais, embora sem constituir propriamente o foco da reflexão. Ignora-se, assim, pelo sim e pelo não, que por seu próprio caráter e condição a questão social desde sempre foi e é também uma questão ambiental. Seja por seu caráter espacial,

pois as coisas sempre acontecem em algum lugar, seja pelo fato de que a própria reprodução social presume historicamente uma relação sociedade-natureza e uma concepção de natureza, pois o espaço, o ambiente, a natureza sempre integraram e integram, desde sempre, como base, suporte e meio, as diferentes esferas de reprodução social (Lefebvre, 1991), que presumem intrinsecamente, cada uma *per se*, uma concepção e forma de apropriação da natureza. Portanto, interpretar a incorporação e institucionalização da problemática ambiental como "a construção de uma nova questão social e uma nova questão pública" (Lopes, 2006, pp. 34-35), implica ignorar que a ambientalização, ao invés de gerar uma nova questão social, evidencia uma dimensão da problemática social relacionada desde sempre à reprodução social. Assim, a ambientalização da questão social deve ser compreendida como uma explicitação dos conflitos que hoje atravessam a reprodução social em torno da relação sociedade-natureza, o que permite entendê-la como parte integrante das arenas de enfrentamento entre capital e trabalho na contemporaneidade (Offe, 1984).

A questão ambiental, ao impor dialeticamente limites ao desenvolvimento capitalista, em nome da preservação da natureza, seja para as gerações futuras ou como reserva de valor para o próprio desenvolvimento futuro do capitalismo, evidencia a contradição entre interesses sociais localizados e interesses privados, entre reprodução social e acumulação de capital. A desconstrução da questão ambiental contribui, dessa maneira, para explicitar seu caráter geopolítico e estratégico para o desenvolvimento do capitalismo, bem como evidencia "numerosos mitos relativos ao progresso

tecnológico, à eficiência econômica e ao crescimento sem riscos" (Milani, 2008, p. 292).

Por conseguinte, além de se converter em um fator emblemático de legitimação de diferentes práticas sociais, a questão ambiental passa a integrar e a perpassar os discursos do planejamento e do desenvolvimento urbano e regional. Portanto, não só a produção teórica mas a prática de planejamento defrontam-se na contemporaneidade com um impasse em que é necessário integrar a dimensão social e ambiental – à medida que ambas integram a produção social do espaço (social).

Cabe, portanto, uma leitura crítica da incorporação da ideia de sustentabilidade ao planejamento e seu desdobramento prático em projetos de intervenção como as cidades sustentáveis, de modos a termos elementos que nos permitam avançar rumo à construção de uma economia política do espaço e a uma prática crítica de planejamento territorial, que instrumentalize a participação social em uma perspectiva transformadora.

## A ambientalização do planejamento

Se a incorporação da dimensão ambiental aparece como uma novidade no âmbito do planejamento, a preocupação com a gestão dos recursos naturais marca inclusive as primeiras tentativas de se definir o planejamento, de um ponto de vista técnico e neutro, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento social e econômico após a segunda guerra mundial.

Em uma recuperação do papel do grupo "Economia e Humanismo" do Padre Louis

Joseph Lebret e seus colaboradores, durante as tentativas de recomposição econômica e social de Lyon, na França do pós-guerra, Olivier Chatelan (2008, p. 108) aponta o surgimento das primeiras evidências de um discurso voltado para o planejamento do território. Dos embates latentes entre abordagens marxistas e o enfoque social humanista de especialistas da Igreja católica é elaborada, entre 22 e 28 de setembro de 1952, a *Lettre de la Tourette*. Já, então, entre os colaboradores do grupo, destaca-se a contribuição da geografia aplicada voluntarista de Jean Labasse (1973), bem como seus estudos sobre a região de Lyon (Chatelan, 2008, p. 117). De forma inovadora para a época, esse documento propunha que o ordenamento territorial fosse pensado como o resultado de uma reflexão-ação coletiva na perspectiva da transformação social, ao mesmo tempo em que se contrapunha à intervenção tecnocrática centralizada e às iniciativas de caráter estritamente local. O documento salientava, ainda, de forma pioneira, a necessidade de um desenvolvimento que conjugasse as questões sociais e culturais às metas econômicas. A intenção, então, era através de uma análise racional prévia do território alcançar "a utilização ótima dos recursos, valorizar a terra, equipar o espaço de modo a possibilitar o desenvolvimento humano" (Chatelan, 2008, p. 108).

Anos mais tarde, em 1958, a *Carta de los Andes*, elaborada no "Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano", realizado na cidade de Bogotá – Colômbia, sob os auspícios do Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento – (Cinva, 1960), descartava os aspectos socioculturais almejados pela *Lettre de la Tourette* e propunha uma das primeiras definições oficiais sobre o que seria o

planejamento territorial contemporâneo, ao definir que "o planejamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada" (Cinva, 1960).

Essas definições pioneiras de planejamento, além de serem portadoras de diferentes visões e interesses, carregavam em si mesmas alguns problemas. A começar pela ideia de ação racional, que marcou várias propostas e práticas de planejamento daquele período (1950-1960).

Primeiro, pela inexistência de ações puramente racionais, por ser impossível elencar a um só tempo todas as variáveis e suas consequências como demanda a proposta racional; segundo, pelo fato de a realidade em estudo não permanecer estática e imutável durante o processo de análise, diagnóstico e prognóstico, conforme requer a proposta do modelo racional-global de planejamento (Etzioni, 1973). Esse modelo racional-global de planejamento, elaborado no Massachusetts Institute of Technology (MIT) durante o alvorecer da Guerra Fria, no início da década de 1950, embora relegado a um segundo plano nas práticas de planejamento, tem sido privilegiado nos estudos de impacto ambiental. Seu caráter enciclopédico e multidisciplinar possibilita incorporar diferentes conjuntos de variáveis, mensuradas em uma matriz de dupla entrada com ponderações tipo custo-benefício. A matriz de Leopold e de seus colaboradores (1971) constitui um exemplo paradigmático da metodologia adotada em diversos estudos de impacto ambiental no Brasil e em outros países. Embora a matriz procure contemplar todas

as variáveis, as atribuições de valor são feitas de forma mecânica com ponderações subjetivas, muitas vezes relacionadas aos interesses em jogo. O que acarreta problemas e conflitos de diversas ordens ao se incorporar a variável humana e social, reduzida muitas vezes a uma variável antrópica, como se os seres humanos fossem formigas.

À complicação introduzida pela ação racional soma-se a "utilização ótima" que, por si mesma, remete a outro problema: ótima para quem, segundo quais critérios e segundo que interesses? Em síntese, a "utilização ótima" depende dos objetivos, que por sua vez são estabelecidos por quem promove o planejamento. De fato, o processo de planejamento é variável e depende de quem o promove: o Estado, as corporações ou grupos sociais com interesses específicos. Além disso, há que se considerar, que muitas vezes mesmo a participação é planejada no processo de planejamento (Limonad, 1984).

Enfim, a proposta de utilização ótima dos recursos naturais no processo de planejamento pode ser vista como um vínculo precoce do planejamento com a questão ambiental, ainda mais ao se substituir o termo ótima por sustentável.

Essas concepções e ideias orientaram a prática de planejamento no Brasil ao longo de quase quatro décadas, a partir da segunda metade do século XX, quando o planejamento estatal sequer se preocupava com os aspectos sociais e muito menos com os atores e agentes diretamente envolvidos (Lamparelli, 1982).

No entanto, mesmo a ideia de uma gestão ótima dos recursos naturais tem sua origem nas concepções liberais da economia política do capitalismo do século XIX, inspiradas no pensamento de Locke (Harvey, 1996, p. 131).

Através de um discurso técnico concernente à alocação adequada dos recursos escassos para o bem-estar humano, se subsumia a dominação da natureza à lógica do mercado. Esse discurso, em aparência neutro e em nome de um pretensão bem comum, servia para mascarar a dominação hegemônica exercida através das relações de produção sobre os trabalhadores e a natureza. Dominação necessária para garantir a própria existência e de desenvolvimento do capitalismo.

O que mudou de lá para cá?

Qual o segredo do sucesso da persistência e sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo? O segredo do sucesso do capitalismo reside não apenas em sua constante reinvenção, como a mitológica fênix que sempre ressurgiu de suas próprias cinzas, mas, também, em sua capacidade de articular, organizar, subordinar, controlar e gerir países diversos em um único sistema global, em que as dimensões econômicas, sociais e ambientais da reprodução social se interpenetram e confundem, como assinala Arturo Escobar (1995, p. 71). Instituições internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Países Produtores de Petróleo, a Organização Econômica dos Países Desenvolvidos (OECD), entre outras, contribuem para a manutenção e para o exercício desse controle por meio do incentivo ou implementação de políticas de desenvolvimento econômico e de industrialização em diversos países (Escobar, 1995, p. 71).

Nessa perspectiva de exercício da hegemonia, obliteram-se as lutas e conflitos sociais que foram, em parte, responsáveis pelo surgimento da ideia de desenvolvimento sustentável. A visão que vigora e prevalece é que a

origem da ideia de desenvolvimento sustentável residiria nas discussões iniciadas com a Conferência da Biosfera, promovida pela Unesco em 1968, a qual se seguiu o Relatório de Dennis Meadows: "Os limites do crescimento", divulgado em 1972 na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo. Esse relatório foi financiado por um bloco de corporações industriais (Fiat, Olivetti, Volkswagen, Ford), políticos e cientistas de vários países, que se formou em 1968 e ficou conhecido como Clube de Roma.

Desconsidera-se, assim, o fato de que a ideia do desenvolvimento sustentável e sua incorporação ao discurso do planejamento teria suas raízes não nas ideias neo-malthusianas do Clube de Roma e relatório Meadows, mas na emergência de conflitos sociais em diversas partes do mundo relacionados às formas de gestão e apropriação dos recursos naturais. Disputas por água potável, por terras férteis, por fontes combustíveis sempre existiram e são tão antigas quanto a humanidade. Qual a novidade então?

A novidade do século XX estaria na resistência à modernização e ao desenvolvimento, ao direito à diferença por parte de grupos sociais compostos por indígenas, quilombolas e camponeses. Distintos dos luditas do século XIX, pequenos produtores agrícolas, camponeses e populações indígenas em diversos países mobilizam-se em defesa da preservação de sua condição de existência contra a imposição de uma modernização, muitas vezes incompleta e excludente, que se traduz pela expansão espacial do capitalismo em escala global, e pela destruição das relações pretéritas de produção. Confrontam-se, assim, de um lado grupos sociais diversos mobilizados para preservar seu modo de vida, sua condição de existência e, de

outro, interesses corporativos e governamentais que atendem à lógica de reprodução do capital em escala global.

A noção de desenvolvimento sustentável surge, dessa forma, da necessidade que essas lutas sociais e demandas de organizações não governamentais e de comissões das Nações Unidas impuseram de se rediscutir a concepção, então vigente, de desenvolvimento (Mela et al., 2001, pp. 80-81).

Esses conflitos e os mecanismos gerais de controle do sistema capitalista fizeram com que questões vistas, inicialmente, como específicas e localizadas, conquistassem outras escalas e saíssem do âmbito puramente local e contribuíram para converter a questão ambiental em um problema global.

O Relatório Bruntland, elaborado posteriormente em 1987, durante a ascensão do neoliberalismo em escala mundial, veio coroar os estudos do Clube de Roma e os que se seguiram, contribuindo para sacramentar a necessidade de um desenvolvimento sustentável em nome de um futuro comum, ao chamar a atenção para a finitude dos recursos naturais. Extirpou, assim, da noção de desenvolvimento sustentável o caráter de luta dos conflitos sociais que lhe deu origem. Ao esvaziar o sentido social da questão ambiental, viabilizou a instrumentalização da ideia de sustentabilidade para a preservação ambiental, em consonância com os interesses hegemônicos. Além disso, contribuiu para alimentar correntes ambientalistas de inspiração neomalthusiana, que em nome de uma escassez dos recursos naturais defendem exclusivamente a natureza em detrimento de questões sociais. Releva-se, assim, o fato de que a finitude e escassez dos recursos naturais são socialmente criadas e dependem

muitas vezes dos interesses em jogo, das alianças existentes no nível da divisão internacional do trabalho e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas para que este ou aquele recurso seja considerado esgotável.

A noção de sustentabilidade, no contexto neoliberal emergente, se propagou velozmente, porém com uma tradução equivocada em português, seguindo o trocadilho italiano *traduttore, traditore* (tradutor, traidor). A expressão *sustainable development* em inglês significa desenvolvimento durável, o que faz com que seja traduzido para o francês como *développement durable* e não como *développement soutenable*, o que evidencia a inadequação da tradução para o português como desenvolvimento sustentável (Moraes, 2001, p. 54).

De fato, a noção de desenvolvimento sustentável refere-se a teorias de desenvolvimento econômico, nas quais o desenvolvimento refere-se a uma mudança qualitativa nas estratégias de reprodução social e nos vínculos econômicos prevaletentes, relevando os limites do crescimento econômico. Não obstante a noção de sustentabilidade do desenvolvimento ostente ares de novidade, suas origens podem ser localizadas em diversos autores do pensamento econômico. David Ricardo, em 1817, já levanta a possibilidade de o crescimento econômico se sustentar e prolongar ao longo do tempo. Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, questiona a duração do capitalismo diante dos limites impostos pelas relações sociais de produção ao desenvolvimento das forças produtivas e sua transformação em forças destrutivas. Por sua vez, a concepção de “destruição criativa” de Joseph Schumpeter é inspiradora para aqueles que veem a sustentabilidade

como a solução para um capitalismo sadio. Mesmo John Maynard Keynes, inspirador dos planos de ajustes macroeconômicos pós-1945, ao tratar do desemprego estrutural também se preocupa com a sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo.

A ideia, em si, portanto, não é nova. Porém é atraente e sedutora. Propostas, planos e práticas de diferentes matizes políticos, engajadas e críticas ao *status quo*, tendem a incorporar valores capitalistas hegemônicos sem o perceber. Contribui para isso, o termo sustentabilidade remeter a possíveis cenários futuros desejáveis em contraposição a cenários catastróficos, somado ao fato de, segundo Acselrad (1999, p. 80), os discursos da sustentabilidade serem portadores de representações e valores gerais, sem se preocupar em construir um conceito explicativo. Além da cooptação político-ideológica, a ausência de um esforço explicativo e o sentido vago do termo contribuem para legitimar políticas diversas e articular diferentes discursos em torno de uma estratégia comum – em particular estratégias voltadas para o desenvolvimento urbano e local ou regional com a preocupação ambiental e sustentável. Resulta daí, uma obstacularização aos movimentos sociais contrários a essas práticas e políticas direcionadas à apropriação social do espaço e que tendem a ameaçar suas condições de vida e reprodução. Primeiro, porque a mera associação da noção de “sustentabilidade” à essas propostas implica admitir a existência de apenas uma forma adequada de uso: a sustentável (Acselrad, 1999). Segundo, significa ignorar as diferenças existentes, relativas à diversidade social e às formas de apropriação social do espaço. E, terceiro, implica obliterar que a ideia de sustentabilidade é forjada com

base em interesses específicos relacionados à apropriação material do espaço necessário historicamente à reprodução das diferentes esferas das relações sociais de produção (meios de produção, força de trabalho e família).

De fato, o termo sustentabilidade significa coisas completamente diferentes para diferentes pessoas, mas de acordo com David Harvey (1996, p. 148) "é muito difícil ser a favor de práticas 'insustentáveis' assim o termo cola como um reforço positivo de políticas e política conferindo-lhes a aura de serem ambientalmente sensíveis".

Organizações governamentais e não governamentais encarnam o desenvolvimento sustentável como o novo paradigma do desenvolvimento urbano e econômico, e isso se explica, em parte, por permitir uma ambientalização de suas propostas e planos esvaziada de questões sociais e em nome de um futuro comum.

Enfim, embora o caráter abrangente e atual do desenvolvimento sustentável lhe confira força política e contribua para legitimar distintas práticas, as formulações prevalentes indicam sua debilidade conceitual por sua percepção incompleta da degradação ambiental e da pobreza bem como por sua falta de clareza quanto à própria sustentabilidade, participação e emancipação social.

Além disso, passa despercebida a própria contradição de termos que perpassa a própria ideia de desenvolvimento e de sustentabilidade. Existe desenvolvimento não sustentável? Pois, se o desenvolvimento é insustentável, é apenas momentâneo. Então, merece ser chamado de desenvolvimento? De crescimento? Mais uma vez, mais uma questão óbvia, crescimento e desenvolvimento são diferentes.

Desenvolvimento é olhar para o futuro. É ousar, é mudar o patamar de crescimento, superar os interesses de *lobbies* localizados. Cabe aqui uma analogia com um bebê recém-nascido, que se apenas crescesse e não se desenvolvesse, ao fim de dezoito anos teríamos um ser instintivo, não pensante por onde entra comida por um lado e sai merda do outro. Desenvolvimento implica adaptabilidade, em mudanças qualitativas, em última instância implica avançar e transformar a realidade vigente.

Caberia, portanto, como assinala Lélé (2002), uma rigorosa redefinição conceitual para se poder adotar essa expressão criticamente e, em nosso entender, de forma passível de apropriação pelos grupos sociais envolvidos.

## Da sustentabilidade do desenvolvimento urbano sustentável

O documento do Habitat (UN, 2001) inicia-se com um preâmbulo de Kofi Anann, que reconhece que devido às forças da globalização o mundo ingressou no milênio urbano, pois aproximadamente pouco mais da metade da população mundial se tornou urbana. Entende, ainda, que embora a globalização afete as áreas rurais, se faz mais presente nas cidades. Entende, assim, que o "desafio central para a comunidade internacional é claro: fazer com que ambas a urbanização e a globalização sirvam a todas as pessoas, ao invés de deixar bilhões para trás ou nas margens". Por conseguinte defende que

As cidades devem promover a governança, planejar e agir estrategicamente para reduzir a pobreza urbana, a exclusão social e promover o *status* econômico e social de todos os cidadãos e proteger o meio ambiente de forma sustentável. (UN, 2001 – Foreword)

Essa afirmação contribui para situar o Programa de Cidades Sustentáveis (SCP) das Nações Unidas como uma das evidências mais palpáveis da ambientalização do discurso do planejamento e da preocupação com um desenvolvimento urbano sustentável. Esse programa, criado no início da década de 1990, surge quase como uma decorrência do êxito do desenvolvimento sustentável como ferramenta de legitimação de práticas urbanas neoliberais. Sua criação unificou as agendas de desenvolvimento sustentável do Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environment Programme – UNEP) e do Centro para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas (United Nations Centre for Human Settlements – UNCHS).

O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), criado em 1972, enfatizava a importância do planejamento e da gestão dos assentamentos humanos, em particular em áreas urbanas, com uma preocupação indireta com a qualidade ambiental desses assentamentos sociais. De certa forma, o Centro para Assentamentos Humanos, criado em 1978, converge para as preocupações do primeiro ao passar a promover o que designa de padrões sustentáveis de vida em áreas urbanas e rurais, havendo sido posteriormente designado de UN-Habitat (United Nations Human Settlement Program).

O Programa das Cidades Sustentáveis das Nações Unidas nasce assim como uma

articulação desses dois programas e define a cidade sustentável como um lugar que dispõe de um acervo durável de recursos naturais para garantir a sustentabilidade (durabilidade) do desenvolvimento social, econômico e físico, e que conte com uma segurança durável contra riscos ambientais que ameacem o seu desenvolvimento (UNCHS/Unep, 2005).

Um indicador do êxito desse programa é a dimensão que assumiu em menos de vinte anos. Atualmente opera em mais de trinta países de forma diferenciada, com participações diversificadas. Sua proposta geral é formar quadros de governo mediante a capacitação e instrumentalização de autoridades locais e de seus parceiros para a gestão e planejamento urbano ambiental sustentável das cidades.

Da mesma forma que no caso do desenvolvimento sustentável, não há uma definição conceitual, precisa e rigorosa do que se entende por uma cidade sustentável ou, lembrando os argumentos tratados antes, do que se poderia caracterizar como uma cidade durável. No entanto, não o são todas, em sua maioria? Então, por que falar em cidades sustentáveis? Ou mesmo duráveis? Ao invés de aceitar acriticamente uma definição ou programa mínimo do que se considera uma cidade sustentável, cabe entender criticamente a proposta de cidades sustentáveis.

*Grosso modo*, os estudos e abordagens em geral sobre as questões ambientais relacionadas ao espaço urbano podem se dividir, conforme a proposta de Whitehead (2003), em dois grandes veios, o aporte técnico e o *a priori*, ao qual acrescentamos aqui o reformista e o revolucionário ou subversivo.

O aporte técnico, para Whitehead (2003), se caracteriza por interpretar o desenvolvimento

urbano sustentável, pura e simplesmente, como uma questão técnica relacionada ao planejamento urbano, gerenciamento de tráfego, adoção de tecnologias limpas e ao desenho urbano. Resultam desse aporte propostas sustentáveis, adotadas por arquitetos, urbanistas e técnicos de prefeitura, que são vendidas e alardeadas como fórmulas mágicas de resolução dos problemas urbanos. Porém, a despeito de suas boas intenções, essas propostas caracterizam-se pelo exercício demiúrgico do saber técnico e por fazer *tabula rasa* do que existe. Ao adotar uma solução técnica, como por exemplo imprimir um modelo ideal de cidade sustentável com adaptações a diferentes cidades, afinal cada caso é um caso, se reduz a cidade a um conjunto de volumes construídos, de massas ambientais, artérias de tráfego e de circulação, em que prevalecem tecnologias limpas e áreas despoluídas. O que não for funcional, ou adaptável esteticamente, tende a ser suprimido. Nesse sentido, como questão técnica, embora sejam geograficamente localizadas, as intervenções aparecem como algo direcionado a atender um interesse geral comum. Pois, por princípio, todos teriam condições de usufruí-las. Porém, via de regra, isso não ocorre. Em parte, em virtude das formas de regulação, apropriação social do espaço e das relações sociais de pertencimento, que contribuem para erigir barreiras invisíveis na cidade (Sennet, 2001, p. 266). Essas propostas arquitetônicas e urbanísticas são, assim, implementadas ignorando o que lhes antecede e sucede, alheias às diferenças e desigualdades socioespaciais.

No enfoque *a priori*, ou ontológico, as propostas e estudos assumem a existência *a priori* de uma cidade insustentável a ser transformada em sustentável. O

desenvolvimento urbano sustentável é reificado como portador de algo positivo em si mesmo (Whitehead, 2003), servindo de panaceia para todos os problemas, sociais, espaciais e temporais. Essa fetichização da sustentabilidade, ao mesmo tempo que legitima as propostas sustentáveis, lhes confere um caráter neutro e apolítico, afinal quem é contra a sustentabilidade? Releva-se, assim, a existência de diferentes interesses de classe, de desigualdades socioespaciais, bem como os conflitos e práticas espaciais que produziram historicamente aquele espaço, objeto de intervenção.

Edward Jepson Jr. (2001, p. 506) assinala que a conjunção planejamento sustentabilidade, que se adota nesse enfoque para as cidades sustentáveis, permite integrar, a um só tempo, campos disciplinares para produzir políticas públicas mais coerentes e abrangentes, atores sociais em um processo produtivo ou ambiental com foco na comunicação, valores e diferentes instituições de modo a alcançar uma abordagem cooperativa e integrada. Tem-se, por conseguinte, que as propostas de cidades sustentáveis desde a perspectiva ontológica partilham lógicas universalistas de integração, inclusão e cooperação social, espacial e temporal, entre atores e agentes sociais, entre centro e periferia, entre passado e presente, entre local e global (Acselrad, 2004). A solução dos problemas para as abordagens ontológicas ou *a priori* estaria no nível da vontade política e do engajamento da população por meio da construção de um consenso social e de uma identidade comunitária, de modo a reduzir ou mesmo eliminar as possibilidades de confronto. A cidade deixa, assim, de ser o lugar do debate, da diferença e da possibilidade de transformação social.

Os enfoques e estudos elaborados a partir da perspectiva crítica reformista tendem a encarar o desenvolvimento sustentável e a proposta de cidades sustentáveis como uma possibilidade viável de imprimir mudanças, ainda que limitadas. Conscientes das limitações das propostas de desenvolvimento sustentável dos dois veios anteriores, buscam imprimir soluções com um caráter transformador, com a observação de que “não vêem ser necessário ou sensato assumir um compromisso exclusivamente com a transformação”, por entender que “a reforma agora é melhor do que nada e a transformação pode não ser imediatamente possível” (Hopwood, 2005, pp. 49-50). Propostas com esse tipo de inspiração geralmente buscam engajar governos e grupos sociais em torno de questões comuns, de modo a promover ações diretas. Não obstante tenham consciência das assimetrias de poder existentes e das nuances do jogo político, buscam soluções de compromisso. Nutrem ativismos sociais em torno de questões específicas e buscam articulá-los com ações de governo. O que, em última análise, acaba por contribuir para criar situações de consenso ou de desmobilização social, à medida que, muitas vezes, as reformas alcançadas contribuem mais para manter e conservar o *status quo* do que facultar a criação de uma outra ordem social de caráter transformador.

Quanto às práticas, soluções e cidades sustentáveis, há de se considerar, primeiro, que a despeito do mote sustentável, essas soluções não sustentam equanimemente todos os interesses envolvidos (Whitehead, 2003) e isso se aplica às propostas de cidades sustentáveis. Há de se considerar, ainda, que as chamadas soluções sustentáveis tampouco constituem objetos planejados genéricos, passíveis de

serem implementados de forma uniforme, de acordo com programas ou modelos mínimos pré-definidos para alcançar uma situação de sustentabilidade. Pelo contrário cada espaço, cada território e lugar, cada cidade possuem, cada um *per se*, uma história espaço-temporal própria e uma articulação particular com outras escalas. No caso das cidades sustentáveis, as propostas não se limitam a ser apenas uma outra alternativa de investimento para o capital, mas constituem uma remodelação radical de projetos neoliberais em áreas urbanas localizadas (Whitehead, 2003, p. 1203). E, isso se evidencia na feira de fórmulas sustentáveis de desenvolvimento expostas durante o Fórum Mundial For a Better Future, promovido pelo Programa Habitat das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 2010.

Enfim, cabe apontar a perspectiva subversiva, ainda em construção. Essa subversão se pretende uma transformação do instituído por meio das práticas socioespaciais, como uma transgressão no campo da luta política, por se propor a subverter o instituído na perspectiva da mudança social. A subversão é entendida, assim, aqui como expressão de atos políticos de movimentos anti-hegemônicos e expressão de desejos latentes de mudança e de construção de uma outra ordem social.

A insuficiência das estratégias de ação consagradas de planejamento em solucionar os problemas sociais evidenciam o notório descompasso entre o projeto e a realização e apontam para a necessidade de se subverter radicalmente o processo de planejamento. Não se trata tão somente de propor um planejamento insurgente como o querem alguns, mas de incentivar a subversão do instituído. Nesse sentido, Randolph e Gomes (2010) introduzem

três elementos como constituintes de um novo planejamento, a saber a comunicação, o espaço e o tempo. Esses três elementos, em seu entender, referem-se às principais contradições no mundo contemporâneo, que compreendem o consumo no espaço *versus* o consumo do espaço (Lefebvre, 1991), a lógica instrumental *versus* a lógica comunicativa (Habermas, 1981); as práticas abstratas *versus* as práticas concretas; o pensamento indolente *versus* o pensamento cosmopolita (Souza Santos, 2003) que ameaçam a própria convivência social.

O planejamento subversivo proposto por Randolph (2007, 2008) pretende ser construtivo à medida que procura ser uma “mediação” entre essas contradições, ou seja, se propõe, nada mais e nada menos, a superá-las. Nesse contexto, o planejador aparece como mediador, que contribuiria para a superação de contradições. Por conseguinte, nesse caso, assume funções da mais alta complexidade e converte-se, assim, em uma figura mediática da maior importância para o avanço de uma transformação voltada para a racionalidade comunicativa, para a construção de um espaço diferencial de valores de uso e um pensamento cosmopolita baseado nas experiências sociais das populações exploradas e oprimidas.

Um modo alternativo e subversivo de planejar, segundo o autor, deve reconhecer as contradições entre a cidadania formal e a cidadania substantiva, bem como trabalhar em nome da expansão de direitos de cidadania.

Não se trata, portanto, de propor meramente um planejamento insurgente no nível da transgressão, da revolta contra a ordem instituída, mas, sim, um planejamento que se proponha a criar um espaço diferencial. Um planejamento que permita abrir perspectivas

de transformação social, de construção de uma outra ordem, mediante a subversão da ordem vigente, que não se traduz pelo incentivo à violência, à destruição. Trata-se de superar a visão do planejamento como monopólio do Estado e passar da identificação de necessidades e prioridades pelo Estado, para a identificação de necessidade e prioridades por parte da população. Não no âmbito dos espaços de poder, mas no âmbito dos espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais que podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, bem como do aproveitamento de outras formas de apropriação dos recursos naturais e das fontes de informação e de uma orientação nova para práticas de planejamento.

A construção das mediações necessárias prescindiria, assim, da autorização e concessão de espaços de participação por parte do Estado, o que abriria nesse sentido uma outra perspectiva para a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento, mais próxima do caráter da luta social que lhe deu origem.

## Algumas considerações finais, ou como ser contra o desenvolvimento sustentável?

Sob o argumento de minimizar os impactos da produção capitalista do espaço sobre o meio ambiente, planejadores e técnicos de governo, por sua vez, propugnam o desenvolvimento urbano, ou mesmo o desenvolvimento sustentável, o turismo ecológico, a urbanização sustentável controlada, a agricultura ecológica, o zoneamento econômico-ecológico em escala regional, etc. Esses discursos de planejamento,

embora ambientalizados, vão de encontro às próprias práticas de organização, regulação e produção do espaço. Práticas que se revelam, por assim dizer, ambíguas, no concernente à sustentabilidade que se propõem a promover. Nesse sentido, as propostas de desenvolvimento sustentável e, por vezes, a ambientalização do planejamento têm um fundo comum, por assim dizer, instrumental que contribui para esvaziar em parte o sentido social da questão ambiental e para ocultar o caráter estratégico que o espaço social assume para a reprodução do capital na contemporaneidade.

De fato, a produção social do espaço em si, necessária às diferentes esferas da reprodução social, envolve uma apropriação da natureza e de espaços pré-existentes. Isto faz com que as contradições e conflitos fundamentais das sociedades contemporâneas voltem-se para disputas em torno do espaço social diante da reapropriação e ampliação espacial do domínio da lógica capitalista.

A questão ambiental aparece, assim, como mais uma expressão dos conflitos entre diferentes formas de apropriação social (Porto-Gonçalves, 1992), tanto no nível das representações como na própria materialidade dos processos socioespaciais. A articulação entre ambas dimensões constitui o cerne da problemática ambiental e é tanto condição como resultado do processo de produção de transformações no espaço social.

Na luta pela dominação do espaço social, aquilo que se pode, contemporaneamente, designar de espaço natural, ou espaço absoluto (Lefebvre, 1991), torna-se na lógica capitalista reserva de valor, objeto de cobiça e aparentemente escasso em relação às necessidades capitalistas da reprodução das relações sociais

de produção. A questão ambiental contemporânea e os conflitos sociais dela decorrentes, assim, podem ser entendidas como a materialização da contradição entre a apropriação e a dominação social do espaço, que tem por base a contradição entre valor de uso e valor de troca, como apontamos ao início.

Com a diluição da diferenciação rural-urbano, avanço da urbanização, e industrialização da agricultura, o espaço como um todo se converte em objeto de disputa de diferentes lógicas e enfrentamentos sociais, que resultam em impactos ambientais diferenciados. Por um lado expandem-se as áreas urbanas, por outro criam-se extensos desertos verdes de monoculturas como parte de complexas cadeias produtivas que articulam globalmente diversos locais. Resultam daí crescentes pressões pela ocupação e uso de áreas de preservação e proteção ambiental, que se expressam em conflitos entre a função social e ambiental do espaço.

Tais conflitos decorrem, por um lado, do caráter excludente da produção capitalista do espaço, que ao mesmo tempo em que produz novos espaços urbanos, recupera espaços degradados, incorpora espaços a produção agroindustrial e alija desses espaços socialmente produzidos e equipados crescentes contingentes de trabalhadores. A esses restam as periferias carentes de infraestruturas e equipamentos, ou ainda as orlas de rios, lagoas e mananciais e as encostas de morros. Por outro, esses conflitos decorrem, também, da ânsia do capital imobiliário em incorporar espaços com amenidades naturais ao seu processo produtivo, como um fator diferencial, particular e não reproduzível, para maximizar sua captura de rendas diferenciais.

Evidencia-se, assim, a interação ambiente “natural” e ambiente “construído”.

A partir do exposto até aqui, torna-se patente a conformação de um paradigma que combina e contrapõe dialeticamente diferentes processos e esferas de reprodução social, que podem ser entendidos como disputas e enfrentamentos pelo espaço necessário à reprodução das diferentes esferas sociais (dos meios de produção, da força de trabalho e da família).

A ambientalização do discurso do planejamento pode contribuir, em última análise para viabilizar a regulação e dominação do espaço pelo capital e pelo Estado, ao garantir a alocação de recursos naturais necessária à acumulação, bem como para manter e ampliar os sistemas hegemônicos de poder. Dessa forma, essa ambientalização estaria relacionada ao caráter geopolítico que assume a questão ambiental contemporânea, uma vez que não se encontram mais em causa apenas os interesses locais e regionais – tratar-se-ia, sim, de uma nova interface da inter-relação local-global, em que o global busca interferir nos desígnios do local e criar reservas ambientais para exploração futura controlada pelas forças hegemônicas.

Diversos estudos e pesquisas apontam para a existência de uma lógica geral, não transparente, que perpassa os diferentes processos espaciais, que se manifestam como se foram singulares e únicos, que marcam os lugares de forma específica e particular, como se algo novo estivesse emergindo (Carlos, 2010; Lencioni, 2010).

Por conseguinte, as mudanças que ora se impõem exigem novos cuidados metodológicos, e novos procedimentos de aproximação ao real e à construção do objeto teórico, bem como tornam obsoletos os instrumentos de

intervenção sobre o real – planejamento tecnocrático, urbano, regional e ambiental.

De onde, se manifesta a importância de uma economia política do espaço, que dê conta da relação espaço, sociedade e meios de produção, como um meio de superar os aparentes hiatos em termos das escalas espaciais, dos níveis de governo e das arenas políticas (Brandão, 2007) que atravessam as relações entre os diferentes agentes e atores relacionados à produção e apropriação social do espaço.

Emergem, assim, diversas questões a se considerar, que cabem ser apontadas como perspectivas possíveis de trabalho. Destacam-se entre elas o mapeamento, a qualificação e a necessidade de um novo olhar sobre os agentes institucionais, os *global players* e atores sociais envolvidos na produção social do espaço. O que demanda voltar os olhos para o papel do Estado e do poder público, de modo a se ter meios de construir as mediações necessárias para superar o conflito latente entre diferentes interesses articulados em distintas escalas, as necessidades locais e a afirmação de marcações sociais e identitárias de diferentes grupos sociais.

Disputas e conflitos em torno do espaço social, antes localizados e demarcados, ganham agora outras escalas e significados com a globalização dos mercados, dos fluxos e crescente complexificação da divisão espacial do trabalho, que perpassam as diferentes esferas de reprodução social. Isso contribui de forma dialética, em larga medida para o capitalismo contemporâneo assumir, mais do que nunca, um caráter civilizatório (Ianni, 1997), pretensamente progressista e modernizador, em nome da preservação ambiental e do

desenvolvimento econômico e social, em escala regional ou local. Por outro lado, a erupção e multiplicação de conflitos sociais diversos em torno do ambiente construído, dos ambientes naturais, em síntese do espaço social, são uma tradução da espaço-materialidade contemporânea da contradição capital-trabalho, cuja marca hoje é a instabilidade e volatilidade de fixos e fluxos (Santos, 1996) que se manifesta e imiscue em todos os aspectos e esferas da vida social contemporânea.

Enfim, não há como menosprezar a percepção do sistema capitalista, que vai muito além das possibilidades de investimento financeiro e do desenvolvimento local e regional, puro e simples em defesa da sustentabilidade do desenvolvimento. A ideia de sustentabilidade, por seu caráter aparentemente inócuo e neutro, propicia a articulação de interesses

diversos e de governos locais em diversos países. Essa articulação em várias escalas emerge, assim, como um terreno propício de cooptação político-ideológica e de apaziguamento de tensões sociais, em que em nome de um hipotético futuro comum se abandonam projetos de modernidade passados. A possibilidade de construção de uma sociedade mais equânime, a superação da exclusão social exige o reconhecimento do caráter instrumental e político da ideia de sustentabilidade e de que, mais do que nunca, o espaço se tornou estratégico para a reprodução das relações sociais de produção. Assim, a cidade, como espaço de convergência, aglutinação e enfrentamento de diferentes lógicas e interesses sociais, representa na contemporaneidade um terreno crucial para a construção de um espaço diferencial e de uma sociedade mais equânime.

### **Ester Limonad**

Arquiteta. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, Brasil.

ester\_limonad@yahoo.com

## Notas

- (1) Disponível em: <[http://sustentabilidade.bancoreal.com.br/default.aspx?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_term=Sustentabilidade&utm\\_campaign=sustentabilidade](http://sustentabilidade.bancoreal.com.br/default.aspx?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=Sustentabilidade&utm_campaign=sustentabilidade)>. Acesso em: 23 fev 2011.
- (2) ISO 14000 são certificados criados na década de 1990 pela International Organization for Standardization (ISO) atribuídos a empresas e instituições. Esses certificados servem para atestar o cumprimento de um conjunto de normas e diretrizes relativas à gestão ambiental por parte dessas empresas e instituições.

## Referências

- ACSELRAD, H. (1999). Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas, ano I, n. 1, pp. 79-90.
- \_\_\_\_\_. (2004). Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 107, pp. 25-38.
- BRANDÃO, C. A. (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, Unicamp.
- CARLOS, A. F. A. (2010). A "ilusão" da transparência do espaço e a "fé cega" no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Cidades*, v. 6, n. 10, pp. 12-30.
- CHATELAN, O. (2008). Expertise catholique et débuts de l'aménagement du territoire à Lyon (1945-1957). *Chrétiens et sociétés XVIe-XXIe siècles*, n. 15, pp. 107-128. Disponível em: <http://chretienssocietes.revues.org/index1042.html>. Acesso em: 23 fev 2012.
- CINVA (1960). A Carta dos Andes. São Paulo: Bem-Estar. *Centro Interamericano de Vivienda e Planejamento*. Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano.
- COSTA, H. S. M. (2000). Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 1, n. 2, pp. 55-72.
- ESCOBAR, A. (1995). "Constructing nature, elements for a poststructural political ecology." In: PEET, R. e WATTS, M. *Liberation ecologies*. Londres, Routledge.
- ETZIONI, A. (1973). "Mixed scanning: a third approach to decision making". In: FALUDI, A. (ed.). *A reader in planning theory*. Oxford, Pergamon Press.
- HABERMAS, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt/M., Suhrkamp, v. I e II.
- HARVEY, D. (1996). *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford, Blackwell.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M. e O'BRIEN, G. (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*. v. 13, n. 1, pp. 38-52.
- IANNI, O. (1997). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JEPSON, E. J. (2001). Sustainability and planning: diverse concepts and close associations. *Journal of Planning Literature*, v. 15, n. 4, pp. 499-510.
- LABASSE, J. (1973). *La organización del espacio. Elementos de geografía aplicada*. Madri, Instituto de Estudios de Administración Local.
- LAMPARELLI, C. M. (1982). Tres décadas de alguna planeación en Brasil (1950-1980). *Revista Interamericana de Planificación*, v. XVI, n. 63-64, pp. 80-89.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The production of space*. Londres, Blackwell.
- LÉLÉ, S. M. (1991). Sustainable development: a critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, pp. 607-621.
- LENCIONI, S. (2010). Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 331 (69). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>. Acesso em: 23 fev 2012.

- LEOPOLD, L. B. et al. (1971). *A procedure for evaluating environmental impact*. Washington DC, United States Geological Survey Circular 645, Washington DC.
- LIMONAD, E. (1984). *A trajetória da participação social*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2007). A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate. *Geografias*. v. 3 n. 1, pp. 7-23. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/114/81>. Acesso em: 23 fev 2012.
- LPIETZ, A. (1995). *Green Hopes – the future of political ecology*. Cambridge, Polity Press.
- LOPES, J. S. L. (2006). Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, pp. 31-64.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1976). *The german ideology*. Moscou, Progress.
- MELA, A.; BELLONI, M.C. e DAVICO, L. (2001). *A sociologia do ambiente*. Lisboa, Estampa.
- MILANI, C. R. S. (2008). Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, n. 53, pp. 289-303.
- MORAES, M. B. R. (2001). *Área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão: APA Cananéia – Iguape – Peruíbe/SP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- OFFE, C. (1984). *Disorganized Capitalism*. Boston, MIT Press.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1992). Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. *Terra Livre*. São Paulo, AGB, n. 11-12, pp. 9-76.
- RANDOLPH, R. (2007). Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (17). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>. Acesso em: 23 fev 2012.
- \_\_\_\_\_ (2008). A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270 (98). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-98.htm>. Acesso em: 23 fev 2012.
- RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. O. (2010). A contribuição da cartografia subversiva para o planejamento do espaço social. Caminhos para uma reflexão a respeito de “subversões” concretas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 331 (29). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-29.htm>. Acesso em: 23 fev 2012.
- RODRIGUES, A. M. (1998). *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo, Hucitec. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/rodrigues\\_producaoconsumo.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/rodrigues_producaoconsumo.pdf). Acesso em: 23 fev 2012.
- \_\_\_\_\_ (2006). “Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classe para os conflitos de gerações”. In: SILVA, J. B. et al. *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo, Anna Blume.

- SANTOS, B. S. (2003). "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências". In: SANTOS, B. S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "um discurso sobre as ciências"*. Porto, Afrontamento. revisitado. [Em linha] Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf). Acesso em: 23 fev 2012.
- SANTOS, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo, Nobel.
- \_\_\_\_\_ (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo, Loyola.
- SENNETT, R. (2001). *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOUSA SANTOS, B. (2006). *A gramática do tempo, para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez.
- STEINBERGER, M. (2001). A (re)construção de mitos – sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 2, n. 4, pp. 9-32.
- UN (2001). *Cities in a globalizing world global report on human settlements*. Londres, Earthscan. UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements. Disponível em: < <http://www.unhabitat.org/>>. Acesso em: 27 mar 2010.
- UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Disponível em <<http://www.unep.org/>>. Acesso em: 28 mar 2010.
- UN-HABITAT (UNCHS/UNEP). *Sustainable cities programme*. Disponível em <<http://ww2.unhabitat.org/programmes/sustainablecities/aboutus2005.asp>> Acesso em: 25 mar 2010.
- WHITEHEAD, M. (2003). (Re)Analysing the sustainable city: nature, urbanisation and the regulation of socio-environmental relations in the UK. *Urban Studies*. v. 40, n. 7, pp. 1183-1206.

Texto recebido em 8/out/2012  
Texto aprovado em 14/dez/2012